



**COMUNICAÇÃO:** A Espoliação Urbana e as Lutas Sociais no Brasil: uma leitura a partir da obra sociológica de Lúcio Kowarick

**SIMPÓSIO:** Perspectivas teóricas, conceptos y métodos para la historia urbana (E4\_02)

**AUTORES:**

Isabel Mayumi Garcia Zerbinato

Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

belmayumi@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** teoria urbana; estudos urbanos brasileiros; Lúcio Kowarick; espoliação urbana; lutas sociais.

**RESUMO:**

Este trabalho se dedica à reconstituição da história intelectual do sociólogo brasileiro Lúcio Kowarick (1938-2020) considerando o contexto político e os debates teóricos que mobilizam o campo dos estudos urbanos no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980. Ao longo desse período, as lutas sociais urbanas exercem papel central na inauguração do novo cenário político nacional, que culmina com o processo da redemocratização. A segunda metade do século XX é marcada por uma aceleração do processo de urbanização nas regiões em que se concentram os vetores de modernização industrial. A pauperização da classe trabalhadora urbana – condição que se passa a compreender como necessária ao desenvolvimento capitalista – lastreava o desenvolvimento dos chamados “problemas urbanos” que se acumulavam nas periferias das grandes cidades e crescentes regiões metropolitanas. Diante dessa conjuntura, a obra de Kowarick traduz os esforços desse campo intelectual em constituir categorias e formulações próprias à realidade brasileira, com especial interesse à sua dimensão urbana. Sua pesquisa é atravessada por inflexões teóricas e políticas informadas pela investigação da realidade concreta. Ora sob uma perspectiva econômica crítica, que percebe as contradições que se acentuam nas grandes cidades brasileiras a partir da apreensão do movimento mais amplo de acumulação do capital, sob a forma particular de inserção das periferias do sistema. Ora provocadas pelo acirramento da luta de classes sobre o cotidiano de exploração reproduzido na e pelas cidades. Esse movimento se torna evidente com o desenvolvimento e as transformações do conceito de “espoliação urbana”, a principal chave de leitura desta pesquisa, que se atualiza diante das transformações do mundo do trabalho e das contradições urbanas em flagrante.

## **RESUMEN:**

Este trabajo se dedica a la reconstrucción de la historia intelectual del sociólogo brasileño Lúcio Kowarick (1938-2020) considerando el contexto político y los debates teóricos que movilizan el campo de los estudios urbanos en Brasil, entre las décadas de 1970 y 1980. A lo largo de este período, las luchas sociales urbanas desempeñan papel central en la inauguración del nuevo escenario político nacional, que culminó en el proceso de redemocratización. La segunda mitad del siglo XX se caracteriza por una aceleración del proceso de urbanización en las regiones donde se concentran los vectores de la modernización industrial. La pauperización de la clase trabajadora urbana — una condición que pasa a comprenderse como necesaria para el desarrollo capitalista — sustentó el desarrollo de los llamados "problemas urbanos" que se acumularon en las periferias de las grandes ciudades y en las crecientes regiones metropolitanas. En este contexto, la obra de Kowarick traduce los esfuerzos de este campo intelectual en construir categorías y formulaciones propias de la realidad brasileña, con especial interés en su dimensión urbana. Su investigación está atravesada por inflexiones teóricas y políticas informadas por la investigación de la realidad concreta. Desde una perspectiva económica crítica, que percibe las contradicciones que se acentúan en las grandes ciudades brasileñas a partir de la comprensión del movimiento más amplio de acumulación de capital, en la forma particular de la inserción de las periferias en el sistema, o bien provocadas por el recrudecimiento de la lucha de clases por la explotación cotidiana reproducida en y por las ciudades. Este movimiento se hace evidente con el desarrollo y las transformaciones del concepto de "explotación urbana", la principal clave de lectura de esta investigación, que se actualiza frente a las transformaciones del mundo del trabajo y las contradicciones urbanas flagrantes.



## Introdução

As lutas sociais urbanas no Brasil, deflagradas entre as décadas de 1980 e 1990, têm papel central na inauguração do novo cenário político nacional, que culmina com o processo da redemocratização. Os espaços da representatividade política institucional, constrangidos sob o regime da ditadura empresarial-militar, não comportavam as reivindicações contra a precarização da vida nas metrópoles que emergiam no cotidiano da classe trabalhadora urbana, fazendo irromper novas formas de organização popular e a constituição de novos sujeitos políticos.

A segunda metade do século XX é marcada por uma aceleração do processo de urbanização brasileira nas regiões em que se concentram os vetores de modernização industrial. Com o aumento expressivo da população nas grandes cidades, acumulam-se nas periferias metropolitanas os chamados “problemas urbanos”, que se somam aos altos índices de exploração nos escassos postos de trabalho formal. As precárias condições da habitação experienciada nas favelas e nos cortiços, aliadas à distribuição desigual de infraestrutura sobre o território, sobretudo de transporte público, caracterizam o violento cenário de espoliação sob o qual estava submetida a maior parte da população nas periferias das metrópoles.

Para apreender a conjuntura urbana do período em destaque, este artigo busca fazê-lo a partir da revisão bibliográfica de um recorte dos estudos urbanos brasileiros entre as décadas de 1970 e 1980. A obra do sociólogo paulista Lúcio Kowarick traduz os esforços desse campo teórico em constituir categorias e formulações próprias à dimensão urbana brasileira. Na busca pela apreensão das contradições entre crescimento e pobreza que despontavam nas periferias da metrópole paulista, o autor delinea a categoria de espoliação urbana como um “somatório de extorsões [...] que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1979, p. 59). A ampliação do escopo do conceito, que passa a assimilar elementos em transformação no mundo do trabalho, é evidência de como a obra do autor se desenvolve estreitamente com os movimentos observáveis na conjuntura.

A seção que sucede esta introdução apresenta uma reconstituição da história intelectual do sociólogo Lúcio Kowarick, considerando o contexto, as influências e debates teóricos que mobilizam os estudos urbanos no Brasil. Em sequência, serão sublinhados alguns dos referenciais teóricos com os quais Kowarick estabelece diálogo, que instituem bases historiográficas de análise sobre a questão urbana brasileira e suas particularidades. Parte-se de um breve apanhado acerca dos paradigmas colonial e do subdesenvolvimento – determinantes à questão da marginalidade e da constituição do trabalho livre no Brasil, para retomar alguns dos objetos de estudo de Kowarick (1977; 2019 [1987]) – para apreciar o conceito de superexploração do trabalho (Marini, 1973), desenvolvido entre as teorias da dependência. As formulações sobre a espoliação urbana e, sobretudo, a autoconstrução da moradia (Maricato, 1979) expressam, em termos urbanos e da vida cotidiana, o processo de dilapidação da força de trabalho compreendido pela superexploração.

Interessa, nesse percurso, observar como o desenvolvimento desse campo de pesquisa, buscando construir chaves de leitura próprias à questão urbana brasileira, é atravessado por inflexões teóricas e políticas informadas pela investigação da realidade concreta. Ora sob uma perspectiva econômica crítica, que percebe as contradições que se acentuam nas grandes cidades brasileiras a partir da apreensão do movimento mais amplo de acumulação do capital, sob a forma particular de inserção das periferias do sistema. Ora provocadas pelo acirramento da luta de classes sobre o cotidiano de exploração reproduzido na e pela cidade.

## A espoliação urbana

A espoliação urbana, chave de leitura central desta pesquisa, pode ser apreendida a partir de uma reconstituição da história intelectual da construção, desenvolvimento e inflexões do conceito, apresentado pelo cientista político Lúcio Kowarick. Situada no campo dos estudos urbanos na década de 1970, o autor delinea a categoria diante da acentuação de contradições provocadas pela aceleração da urbanização nas metrópoles brasileiras. A pauperização da classe trabalhadora urbana – condição que se passa a compreender como necessária ao desenvolvimento capitalista – lastreava o desenvolvimento dos chamados “problemas urbanos” que se acumulavam nas periferias das grandes cidades e crescentes regiões metropolitanas.

A obra de Kowarick faz parte do esforço do campo dos estudos urbanos brasileiros de investigação da origem dos processos de exclusão e precarização, bem como de suas implicações sociais, econômicas e políticas no território e na vida cotidiana da classe trabalhadora urbana brasileira. A trajetória do autor pode ser dividida em três momentos, com diferentes enfoques, segundo Barreira (2010, s/p.): “1970 – expansão urbana e espoliação; 1980 – movimentos e conflitos urbanos; a partir de 1990, cidadania, direitos e violência”.

As primeiras publicações de Kowarick se situam nos anos 1970, período em que os estudos urbanos no Brasil vão ao encontro de novas perspectivas acerca da urbanização na periferia do capitalismo, que haveria de emergir frente ao acelerado processo de urbanização que se verificava na América Latina (Arantes, 2009). A oxigenação da teoria crítica latino-americana se traduz, também, no surgimento das teorias da dependência, que polemizaram com as interpretações liberais e dualistas sobre a condição de subdesenvolvimento (Katz, 2020). Estabelece-se, ainda, em diálogo com a Escola Marxista Francesa de Sociologia Urbana, na superação das análises de caráter tecnicista, funcionalista e racionalista das teorias da modernização vigentes (Costa, 2015).

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em que Kowarick foi pesquisador associado ao longo da década de 1970, adquire destaque nos debates sobre a dependência e o subdesenvolvimento, com estudos sobre as expressões concretas desses paradigmas na realidade brasileira. Frente ao acirramento dos chamados “problemas urbanos”, o central estava na revelação do caráter constitutivo de dois fenômenos, aparentemente discrepantes, que se expressavam no território: de um lado, o progresso atrelado ao desenvolvimento urbano e industrial e, de outro, a intensificação da pauperização das condições de vida da maior parte da população urbana. Essas formulações são apresentadas na obra *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, organizada pelo CEBRAP e encomendada pela Arquidiocese Metropolitana de São Paulo, que conta com o artigo *A lógica da desordem*, um dos textos inaugurais de Kowarick (1976).

Em uma descrição contemporânea da metrópole paulista, Raquel Rolnik (2022, p. 23) captura esse mesmo caráter antagônico: “Estar em São Paulo é estar permanentemente exposto à sua imagem contraditória de opulência e miséria. [...] Cidade fragmentada, que aparenta ser não fruto da ordem, mas sim filha do caos”. A lógica por trás da desordem urbana reside, precisamente, na organização social e econômica de produção capitalista dependente e suas implicações concretas na produção do espaço urbano brasileiro (Kowarick, 1976). A manifestação de teorias que se dedicaram à questão urbana só poderia se realizar em correspondência à intensificação das contradições evidenciadas pelo intenso processo de urbanização em curso naquele período.

A questão da marginalidade, caracterizada pela incorporação desigual de setores da população ao processo de modernização industrial em curso, expressava-se de forma acentuada nos grandes centros urbanos brasileiros e se configurou como um dos principais “problemas urbanos” emergentes nas décadas de 1960 e 1970. O aparente inchaço do setor terciário, que acompanhou o processo de industrialização brasileira, foi amplamente compreendido como um descompasso funcional por interpretações de cunho estruturalista. Em sua tese de doutorado, *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, Kowarick (1977) se contrapõe às teses dualistas: o que era tido como uma oposição disfuncional ao desenvolvimento moderno, entre um pólo “marginal” e outro “integrado” ao sistema econômico, o autor apreende como contradição intrínseca do desenvolvimento capitalista em sua expressão dependente. Em síntese, a ruptura teórica induzida por seu trabalho se dá na construção de novas chaves de interpretação sobre os processos de urbanização e industrialização latino-americanos, partindo de uma compreensão histórica acerca da questão urbana particular às formações sociais da periferia do capitalismo (Costa, 2015).

Essa primeira geração de intelectuais do urbano no Brasil se ocupou em compreender a “periferização da forma de morar dos trabalhadores pobres nas grandes metrópoles” (Costa, 2015, p. 26). As precárias condições de moradia, elemento fundamental à reprodução social da força de trabalho, e as transformações no mundo do trabalho, expressas com a intensificação do “inchaço urbano”, são alguns dos aspectos da emergente questão urbana que figuravam na obra *A espoliação urbana* de Kowarick (1979). Considerada um clássico da sociologia urbana brasileira, a obra atesta a sua contemporaneidade não só pela capacidade de atualização do conceito, que se demonstra ao longo da vida e obra do autor, mas também pela consolidação de seu legado nos estudos urbanos no Brasil.

No primeiro texto desse compilado, o sociólogo caracteriza a relação entre a sociedade civil e o Estado. A década do “milagre brasileiro” representou, ao mesmo tempo, a adoção de políticas de crescimento econômico pela ditadura empresarial-militar e uma notável deterioração da condição de vida dos trabalhadores urbanos. “Para levar a cabo um modelo de crescimento que acirrou a deterioração dos níveis de vida tornou-se necessário desarticular e reprimir as iniciativas dos múltiplos e numerosos grupos que foram alijados dos benefícios do desenvolvimento” (Kowarick, 1979 [1977], p. 26). Os altos níveis de exploração verificados só poderiam se realizar sob um Estado de caráter autoritário e repressor (CEBRAP, 2017). Ao final, Kowarick (1979 [1977]) enuncia a perspectiva de horizonte democrático, que só poderia se concretizar com uma reafirmação da autonomia da sociedade civil em defesa de seus interesses populares.

Em sequência, reproduz-se o artigo originalmente publicado junto ao CEBRAP em 1976 — nele, já estava implícita a noção de espoliação urbana, afirmou Kowarick em retrospecto (2009 [1987]). Parte-se, então, para uma leitura acerca do capítulo *Autoconstrução de moradias e espoliação urbana*, em que primeiro se introduz o conceito. A questão da moradia se vincula ao surgimento das “periferias” (entre aspas, como apresenta o autor), definidos como “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979 [1977], p. 31). Caracteriza-se pela autoconstrução, compreendida como um meio de rebaixamento do custo de reprodução da força do trabalho, e pela distribuição desigual dos bens de consumo coletivo sobre o espaço urbano, decorrente da dinâmica imobiliária e determinada pelo investimento estatal. O problema da habitação é equacionado em dois termos: da exploração e espoliação.

[a espoliação urbana] é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (Kowarick, 1979, p. 59).

O conceito surge, segundo o autor, diante de um “vazio intelectual” para explicar a situação dos trabalhadores não-assalariados nas periferias da metrópole paulista (CEBRAP, 2017, 11’30’’). Compreende-se a espoliação urbana como um processo continuado de exploração, que extrapola os domínios do trabalho propriamente ditos e opera sobre o território urbano, na condição de precarização do acesso aos bens de consumo coletivo. Segundo Marques (ibid, 41’30’’), ela seria como uma “segunda exploração, de natureza urbana e especializada”.

Em *A favela como fórmula de sobrevivência*, Kowarick (1979 [1978]) descreve o processo de espraiamento das favelas na Grande São Paulo, como decorrência direta “do acirramento da exploração do trabalho que só pode levar a um crescente grau de espoliação nos níveis de consumo do habitante urbano” (ibid, p. 94). No texto *Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho* (Kowarick, 1979 [1974]), analisam-se as “novas” formas de inserção “arcaicas” no mercado urbano. Trata-se de perceber a integração, sob uma mesma lógica de caráter capitalista, de setores da economia aparentemente anacrônicos, caracterizada pelo “crescimento não-capitalístico do setor terciário (ibid, p. 111). Denunciam-se os cada vez mais altos índices de dilapidação do trabalhador urbano, seja no campo do território ou do trabalho, enquanto mecanismo central ao processo de acumulação brasileira.

Os dois textos seguintes – *Os cidadãos da Marginal* e *Nos barracos da Cidade Jardim*, de 1973 e 1974, respectivamente – configuram uma abordagem mais etnográfica da trajetória de Kowarick (1979). A experiência de pesquisa do autor nas favelas da Região Metropolitana de São Paulo apresenta o processo de espoliação urbana através de relatos pessoais colhidos pelo autor e de suas narrações descritivas da experiência urbana nas periferias da metrópole paulista. A obra se encerra com um curto ensaio, *A conquista do espaço*, que versa sobre o cenário de violência praticado pelos aparelhos de repressão, censura e perseguição política, em denúncia ao bloqueio das pressões populares em suas mais diversas formas organizativas.

Em retrospecto, Kowarick (2020) apresenta uma autocrítica com relação à primeira versão do conceito de espoliação urbana: ele afirma ter ocorrido no que chamou de “dedutivismo estrutural”, ao ter considerado a questão urbana como mero reflexo da ordem econômica macroestrutural. Reconhece-se que havia um esforço teórico de reconhecimento da “independência real, empírica e teórica” do processo urbano, ainda que predominasse uma perspectiva de caráter “economicista” (CEBRAP, 2017, 15’). O autor identifica ainda outro desvio, de caráter “genético-finalista”, que se tratava de uma compreensão determinista acerca das reivindicações e lutas populares, como se as condições materiais de exclusão decorrentes do processo de espoliação as produzissem de maneira imediata.

Ao longo da década de 1980, Kowarick (2020, s/p) passa a compreender que “entre as condições (estruturais) imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de experiências”. Amplia-se a categoria para abranger as mediações que incidem sobre a capacidade organizativa da classe trabalhadora urbana, operadas no campo da vida cotidiana. A espoliação urbana e exploração do trabalho seguem sendo centrais à constituição de uma identidade de classe,

mas dá-se destaque aos aspectos subjetivos intrínsecos a esse processo. Do contrário de corresponder exclusiva e diretamente aos níveis de precarização, como apreendiam as concepções vigentes inclusive no campo de pesquisa progressista, as lutas sociais devem-se à construção de gramáticas e experiências comuns sob um processo compartilhado de exclusão e prática de intervenção.

Na obra *Escritos urbanos*, está reunida uma série de trabalhos do sociólogo publicados entre 1983 e 1992, permitindo ao leitor acompanhar os desdobramentos e inflexões teóricas de sua trajetória ao longo desse período. Na introdução, Kowarick (2009 [1986], p. 22) reapresenta o conceito com ligeiras alterações em relação ao parágrafo original (grifos nossos):

[a espoliação urbana] é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que *juntamente ao acesso à terra e à moradia* apresentam-se como socialmente necessários *para a reprodução dos trabalhadores* e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

A incorporação de uma concepção ampliada da questão do trabalho, que se caracteriza também por sua ausência, demonstra a capacidade da categoria de espoliação urbana de assimilar as transformações em curso no mundo do trabalho na economia urbana periférica. Esse desenvolvimento é central no estudo histórico acerca das formas organizativas da classe trabalhadora urbana frente à ampliação do desemprego e da informalidade. “[...] o fato de que enorme contingente estar desligado das engrenagens produtivas, de per si, revigora as organizações e reivindicações que se articulam nos bairros populares” (Kowarick, 2009 [1986], p. 40). O autor pode verificar, através da chave de leitura da espoliação, uma perspectiva de deslocamento entre as categorias de trabalho e território, nas dinâmicas das lutas sociais urbanas, em que a segunda parece se sobrelevar à primeira.

Destaca-se o importante papel assumido pelos movimentos sociais urbanos no amparo à criação de condições objetivas necessárias à condução das greves operárias na década de 1970, que repercutiram em um maior potencial reivindicativo desses mesmos movimentos. As relações entre a fábrica e o bairro se desdobram de maneira descontínua, por entre fluxos e refluxos, “malgrado o trabalhador explorado ser também, via de regra, o habitante urbano espoliado” (Kowarick, 2009 [1983], p. 65). O trabalho e o território se encontram na vida cotidiana da classe trabalhadora nas periferias das metrópoles, desde a construção de mediações de identificação a partir do processo de espoliação, até o despontar de conflitos e mobilizações.

Diante das crescentes expectativas de abertura política na conjuntura nacional, Kowarick (2009 [1984], p. 74-75) reforça a centralidade que adquire o campo do cotidiano das lutas sociais, que extrapolam as formas organizativas em torno do local ou categoria de trabalho:

esmagado e despedaçado durante os anos de auge do autoritarismo, o vigor reivindicatório só pode ser plenamente resgatado, quando, além do grande cenário organizacional – sindicatos e partidos –, se desce para uma teia cotidiana de luta que transformou práticas isoladas em experiências que se acumularam para embates de maior envergadura.

É interessante perceber como a conjuntura em transformação – as condições de vida urbana, o mundo do trabalho e a nível da política institucional – provoca o pensamento de Kowarick no desenvolvimento da noção de espoliação urbana. Identificam-se duas inflexões teóricas que atravessam o conceito de espoliação urbana. A primeira diz respeito à sua constituição, sob uma perspectiva marxista, enquanto uma categoria propriamente urbana e um

processo decorrente da forma particular que a economia e urbanização brasileira se inserem na dinâmica capitalista mundial. A segunda ruptura se dá no reconhecimento das múltiplas dimensões que incidem sobre as formas de luta e organização sociais urbanas, em contraponto a uma interpretação homogeneizadora que vigorava sobre os movimentos sociais em ascensão.

### Superexploração do trabalho e a autoconstrução da moradia

O sentido da formação social brasileira, de caráter comercial e capitalista, revela o papel central do empreendimento colonial ibérico como instrumento de acumulação primitiva, constitutivo ao desenvolvimento do capitalismo moderno. “Tudo se disporá naquele sentido”, afirma Prado Jr. (2011, p. 29), “a estrutura, bem como as atividades do país”. A apreensão do sentido colonial identifica, nas expressões contraditórias da constituição do capitalismo nas economias periféricas, o desenvolvimento das relações de produção e reprodução do capital e sua generalização através da dinamização dos centros metropolitanos.

Até o século XVIII, a maior parte da economia colonial se estruturou sobre o regime de trabalho escravo, essa forma-limite que se constitui em correspondência às exigências máximas do sistema de exploração colonial. A produção latifundiária – voltada à exportação de um limitado escopo de mercadorias de interesse metropolitano – organizava-se em grandes latifúndios e avançava sobre o território de forma predatória e extensiva. De outro lado, desenvolve-se um setor menor de produção de subsistência, submetido ao primeiro e necessário ao seu funcionamento, atendendo a demandas de consumo interno que não figuravam dentre as importações. A monopolização das importações e exportações coloniais pela metrópole, determinada pelo pacto do exclusivo metropolitano, revela tratar-se de uma “economia, em todo o sentido do termo, dependente” (Novais, 2019, p. 186).

Em diálogo com as contribuições dessa tradição historiográfica sobre a formação social brasileira, nos termos do antigo sistema colonial e seu processo de crise, em *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, Kowarick (2019 [1987]) investiga a configuração de um grupo emergente de pobres livres ou libertos, desclassificados da dinâmica econômica dominante, enquanto elemento constitutivo da constituição do mercado de mão de obra livre no Brasil. “Exploração de tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada, do outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata” (Kowarick, 2019 [1987], p. 72-73). Compreende-se que a marginalização de parcelas da população em relação ao modo de produção colonial, em toda sua rigidez e estreiteza econômicas, está inferida sob um mesmo sentido, o contraditório movimento de expansão do capital. Essa perspectiva pode então informar a análise das contradições imbricadas na modernização do mundo do trabalho, entre o desmantelamento do antigo sistema colonial e a constituição do trabalho livre.

A superação do modo de produção escravista e a generalização do assalariamento se desencadeiam em ajuste às exigências do desenvolvimento capitalista global. Pressupõe-se, para tal, a criação de condições que permitam a submissão de amplas massas ao processo produtivo, materiais – como a privatização da terra que, segundo Maricato (2013), constitui um nó nas raízes da crise urbana brasileira contemporânea; e subjetivas – diante dos estigmas de vadiagem atribuídos à “ralé” marginal e de degradação à situação laboral, o condicionamento da massa marginal e livre à disciplina própria do processo produtivo.

A modernização tecnológica da produção do campo, a construção de infraestrutura de transporte e comunicação nos centros urbanos em industrialização e a política de imigração em massa para o trabalho fabril se somam às políticas de abolição da escravidão e de restrição da

propriedade da terra em um movimento mais amplo de reprodução do capital em escala global, de que faz parte a generalização do trabalho livre nas periferias do capitalismo (Kowarick, 2019 [1987]).

Em termos gerais, ao final do século XIX, a reestruturação do poder político e econômico no cenário internacional exige, por um lado, uma ruptura com a forma estabelecida em que não se comportava a nova dinâmica industrial e hegemonia inglesa consequente da emergente revolução industrial e, por outro, uma manutenção das estruturas produtivas e relações de trabalho herdadas do período colonial em favor da continuidade da acumulação de recursos e reprodução do capital proporcionada nos territórios coloniais. Sob essas condições, sustentam-se os processos de emancipação das colônias ibéricas na América Latina, não sem a atualização dos mecanismos de exploração sob as determinações expansionistas do capital (Novais, 2019).

A integração das economias latino-americanas ao mercado global nesse período pode ser caracterizada sob os conceitos de subdesenvolvimento, periferia e dependência, enquanto um mesmo paradigma que expressa a particularidade dessa condição, nos planos econômico e político e diante da dinâmica global da divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento das teorias da dependência de tradição marxista entre as décadas de 1960 e 1970 tem como um dos principais expoentes o cientista social Ruy Mauro Marini que, atribuindo especial importância à análise desse paradigma estar ancorada na teoria da lei do valor. O autor, dando ênfase à dinâmica de troca desigual em escala mundial, apontou que a transferência de valor das economias periféricas para o centro não somente servia à acumulação de capital nas metrópoles, mas acarretava formas atualizadas e particulares de extração de mais-valia nas regiões subdesenvolvidas (Katz, 2020).

A superexploração do trabalho é, para Marini (1973), considerada a principal peculiaridade decorrente do processo de industrialização periférica. Ela se realiza através de mecanismos de extração de mais-valia absoluta, como o aumento da intensidade do trabalho e da prolongação de sua jornada ou, ainda, pela “expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”, isto é, opera-se através da “redução do consumo do operário mais além do seu limite normal” (Marini, 1973, s/p.). Uma das expressões dessa operação pode ser verificada no tipo de trabalho extensivo que caracterizavam as ocupações autônomas e serviços terciários prestados pela massa excedente de trabalhadores nas metrópoles brasileiras, que se configura ao longo da consolidação do trabalho livre no país. Segundo Kowarick (1977), essa é uma das condições que garantia o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e dos salários reais nos centros urbanos.

Interessado no aspecto propriamente urbano desse processo, o sociólogo aponta para uma outra expressão que se soma à exploração no campo do trabalho propriamente: “Submetido a uma engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador deve [...] sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho” (Kowarick, 1976, p. 35). Compreende-se que o violento processo de espoliação urbana, como apresenta Kowarick (1979), revela-se como mecanismo de operação da superexploração do trabalho sobre o espaço da metrópole, operado no campo da vida cotidiana da classe trabalhadora urbana.

A questão da habitação se apresenta como uma das expressões mais características do duplo processo de exploração e espoliação descritos por Kowarick (1979, p. 57): para o autor, a autoconstrução opera como

uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos (Kowarick, 1979, p. 57).

Na esteira do desenvolvimento dos estudos urbanos brasileiros, uma segunda geração desenvolve caracterizações mais pormenorizadas acerca do processo de urbanização brasileira: para Ermínia Maricato (1979, p. 83), trata-se da “proletarização do espaço, essa ocupação pobre, extensiva e horizontalizada que ganhou apelidos de ‘inchamento’, ‘cinturão de pobreza’, ‘espaço marginal’, etc.”. Reafirma-se a superação das perspectivas de caráter dualista que, diante do desenvolvimento desigual de setores produtivos e da cidade, tornaram-se incapazes de reconhecer essa como uma contradição própria do movimento de acumulação capitalista nas periferias globais.

A autora, ainda, debruça-se sobre a autoconstrução como expressão concreta das contradições do processo de urbanização brasileira: por um lado, ela é compreendida em oposição às formas de produção capitalista propriamente ditas e, por outro, como parte constitutiva do processo de reprodução da força de trabalho, precisamente, na forma de sobretrabalho (Maricato, 1979). A coexistência de formas tida como arcaicas, do modo de produção da casa e da cidade, com a modernização decorrente do vertiginoso desenvolvimento industrial não passa de uma oposição formal: é própria do processo contraditório de acumulação capitalista nas periferias. A autoconstrução enquanto mecanismo de extração de mais-valia ressalta as relações entre a superexploração do trabalho e a espoliação urbana na produção e reprodução do espaço urbano brasileiro.

Esses são alguns dos desdobramentos do legado de Kowarick nos estudos urbanos no Brasil, que “formou gerações de pensadores do urbano, mas também de ativistas e de figuras políticas empenhadas e comprometidas na construção de agendas democráticas e igualitárias da/para a cidade” (Rolnik; Telles, 2020, s/p.). A trajetória intelectual do autor e o seu legado no campo dos estudos urbanos reiteram a contemporaneidade do conceito, a sua capacidade de atualização, mobilização e diálogo com outros referenciais teóricos, de que se destaca a superexploração do trabalho, e os desdobramentos teóricos verificáveis a exemplo das noções sobre a autoconstrução da moradia.

### Algumas considerações

As formas tradicionais de organização, estruturadas sobre o vínculo do trabalho, encontram-se em declínio, observação corroborada com uma breve análise das taxas de sindicalização que, estando em decréscimo desde 2015, apresentaram em 2022 o menor índice nos últimos dez anos. O protagonismo que os sindicatos adquiriram na condução das históricas greves gerais das décadas de 1970 e 1980 se desdobrou na ascensão da principal liderança sindical de seu tempo à presidência da república no início deste século. A emergência dos movimentos sociais urbanos, na década de 1980, em torno de reivindicações de acesso aos serviços públicos, à infraestrutura urbana e a melhores condições de moradia, significou uma retomada da luta pela Reforma Urbana no Brasil. A incorporação da conquista de direitos sociais e trabalhistas ao campo da institucionalidade, processo que se dá início com a redemocratização, atribuiu a esses movimentos e sindicatos um caráter controverso de mediação na luta de classes, com efeitos de desmobilização enfrentados até hoje.

Por um lado, as transformações no mundo do trabalho, derivadas da adoção dos modelos de acumulação flexível, das políticas econômicas neoliberais podem ser descritas a partir de um processo de fragmentação e dispersão do trabalho. Isso significa também um desmanche do espaço que antes fora privilegiado para a construção de identidade e unidade política entre os trabalhadores. Por outro lado, a questão urbana, que desponta em crise, pode informar sobre alternativas à luta e ao enfrentamento às condições exploratórias do capital sobre a classe trabalhadora cada vez mais fragmentada sobre o espaço produtivo e reunida sob territórios determinados pelo processo de produção capitalista do espaço.

Diante desse cenário que incita novos e reanima os velhos desafios para a questão da organização política, voltar-se às formulações e construir um arcabouço teórico em torno da tradição dos urbanos no Brasil, observando como ela se desenvolve em relação ao acirramento dos problemas urbanos e atualização das formas de exploração no espaço da metrópole a partir da segunda metade do século XX, torna-se uma tarefa incontornável.

A retomada do histórico intelectual de Lúcio Kowarick e seu legado na sociologia urbana brasileira tem especial interesse na identificação das mudanças de percurso e reorientações de análise que correspondem à agudização das contradições urbanas verificáveis na conjuntura. Esse movimento de constante enfrentamento entre a teoria crítica e a realidade concreta se mostra fundamental aos desdobramentos desta e de qualquer outra pesquisa que assuma o compromisso político de intervir sobre a conjuntura de crise urbana contemporânea.

Aliadas às noções de espoliação urbana e superexploração do trabalho, espera-se que as reflexões apontadas por esta breve análise de conjuntura encontrem, a partir da reconstituição histórica de lutas sociais urbanas brasileiras ao final do século XX, lastro nos debates contemporâneos sobre a organização popular sobre o território. Em última instância, o campo da teoria urbana crítica deve fazer jus à reorientação política exigida pelo acirramento da luta de classes no Brasil, na América Latina e no mundo, em torno do compromisso político de transformação radical da realidade.

### Referências bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos CEBRAP*. v. 83, p. 103–127, mar. 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 25, n. 72, fev. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bx7gKTCdG5q54w58G6YvWZs/>>; Acesso em: 16 nov. 2023.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. CEBRAP 50 anos, obras fundamentais: "A espoliação urbana: impactos e desdobramentos". 12 set. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wPumPzoi1cE&t=6s>>; Acesso em 21 set. 2023.

COSTA, Geraldo Magela. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 19–40.

KATZ, Claudio. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. A lógica da desordem. In: CAMARGO, Cândido Procópio (Org.). São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976. p. 21-61.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2009.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a construção de um instrumento de análise: a espoliação urbana. Novos Estudos, 24 out. 2020.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: as origens do trabalho livre no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2019 [1987].

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1979. p. 71-93.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1973. Tradução: Marcelo CARCANHOLO. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>; Acesso em: 24 jul. 2021.

NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 2.ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2019.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROLNIK, Raquel; TELLES, Vera. Lúcio Kowarick e o legado de um pensamento comprometido com a ação. LABCidade – FAU USP, 27 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.labcidade.fau.usp.br/lucio-kowarick-e-o-legado-de-um-pensamento-comprometido-com-a-acao/>>; Acesso em 19 nov. 2023.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.